



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de Unidade Curricular

Curso de licenciatura (4.º ano)

1. Nome da Unidade curricular:

Direito Penal III

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral ☒ Anual ☐

Horas de trabalho: 168h

Créditos ECTS: 6

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Professor Doutor António Brito Neves (2 horas)

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

Professor Doutor Ricardo Tavares da Silva (4 horas)

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

Pensar sistemática e criticamente a Parte Especial do Direito Penal (e, em especial, do Código Penal) por referência à ideia de liberdade. Sem pretensão de exaustividade, seleccionam-se grupos de delitos tomando por linhas temáticas orientadoras determinados núcleos problemáticos no âmbito dos quais a liberdade costuma ser questionada: a disposição sobre a própria vida, a liberdade de expressão, a liberdade religiosa, a liberdade sexual, a liberdade de imprensa e a liberdade ambulatoria.

Pretende-se que os alunos desenvolvam o espírito argumentativo e a orientação crítica na discussão dos problemas jurídico-criminais relacionados com estes pontos, tendo em vista, em última linha, o desenvolvimento de um pensamento sedimentado (nas suas bases de partida) e solidificado (nos instrumentos racionais de debate) sobre a liberdade como objecto de protecção pelo Direito Penal nas suas várias dimensões.

6. Conteúdos programáticos:

I. Pressupostos fundamentais na ideia de liberdade

1. A liberdade na sua dimensão filosófica

2. A configuração da liberdade na Constituição da República Portuguesa

II. Liberdade de dispor da própria vida

1. Homicídio a pedido da vítima e incitamento ou ajuda ao suicídio

2. Eutanásia

III. Liberdade de expressão

1. A (in)ofensividade da mentira

2. Prossecução de interesses legítimos

3. Limites ao humor

4. Discurso de ódio

IV. Liberdade religiosa

1. Ultraje por motivo de crença religiosa e impedimento, perturbação ou ultraje a acto de culto

2. Práticas religiosas: o exemplo da circuncisão religiosa masculina

V. Liberdade sexual

1. Idade, liberdade sexual e autodeterminação sexual

2. Pornografia de menores: representação realista de menor



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

3. Modelos de consentimento e crimes sexuais

VI. Liberdade de imprensa

1. Âmbito privado e âmbito público
2. Jornalismo de investigação

VII. Liberdade ambulatoria: problemas de concurso

1. Violação da liberdade ambulatoria e crimes contra a vida
2. Violação da liberdade ambulatoria e crimes sexuais
3. Violação da liberdade ambulatoria e crimes patrimoniais

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

São seleccionados nódulos temáticos em função não apenas da sua pertinência no concernente à liberdade, mas também pelo marcado contraste entre as posições nos respectivos debates e pela actualidade destes (manifestada tanto na discussão parlamentar de projectos legislativos quanto na apreciação de casos pelos tribunais e de diplomas pelo Tribunal Constitucional).

Os grupos temáticos revelam-se, destarte, aptos para suscitar a reflexão crítica dos alunos e fomentarem o debate aceso nas aulas.

8. Metodologias de ensino:

As aulas teóricas terão por base a exposição oral da reflexão da regência sobre os temas do programa, sendo os alunos convidados a apresentar dúvidas sobre quaisquer pontos e podendo ser interpelados para promoção de diálogo. Ocasionalmente, marcarão presença convidados para exposição e debate com os alunos.

As aulas práticas assentarão sobretudo na análise de decisões judiciais e na resolução de casos, tomando por referência tanto os ensinamentos ministrados nas aulas teóricas como a bibliografia sugerida especificamente para o efeito (além da genericamente indicada neste programa).

9. Avaliação:

Regime de Avaliação Contínua: a avaliação toma por ponto de partida a nota obtida na prova escrita, podendo esta ser corrigida em favor ou em desfavor do aluno em função da qualidade e quantidade da participação oral nas aulas. A dispensa de oral pressupõe a aprovação com pelo menos 10 valores. É feita a fiscalização da assiduidade, que releva somente para efeitos de exclusão da avaliação contínua no caso de se exceder o limite de faltas (cf. artigo 14.º, n.º 3, do Regulamento de Avaliação), passando o aluno a regime de Avaliação Final.

Regime de Avaliação Final: a aprovação com dispensa de oral depende da obtenção de pelo menos 12 valores na prova escrita.

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

A promoção do debate argumentativo nas aulas teóricas e nas práticas permite ao aluno o desenvolvimento do sentido crítico sobre os pontos visados e da sua posição própria sobre eles, e ao docente a avaliação fundada dos conhecimentos e das capacidades argumentativas dos discentes.

11. Bibliografia principal:

ALBERGARIA, Pedro Soares de/LIMA, Pedro Mendes, "O crime de detenção de pseudopornografia infantil – evolução ou involução?", *Julgar*, 12, 2010 (pp. 195-220) (<https://julgar.pt/wp-content/uploads/2015/10/195-220-Deten%C3%A7%C3%A3o-de-pseudopornografia.pdf>).

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de/MARCELINO, Valentina/MATEUS, Bruno Contreiras (org.), *Liberdade de Imprensa – Em Portugal e na Europa*, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2024.

ALFAIATE, Ana Rita, *A relevância penal da sexualidade dos menores*, Coimbra: Coimbra Editora, 2009.

ANDRADE, Manuel da Costa, *Liberdade de Imprensa e Inviolabilidade Pessoal – Uma perspectiva jurídico-criminal*, Coimbra: Coimbra Editora, 1996.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

ANDRADE, Manuel da Costa, *Consentimento e Acordo em Direito Penal (Contributo para a Fundamentação de um Paradigma Dualista)*, reimpr. da ed. de 1990, Coimbra: Coimbra Editora, 2004.

ANDRADE, Maria Paula, *Algumas Considerações Sobre o Regime Jurídico do Art. 134.º do Código Penal*, Lisboa, 1993.

BERLIN, Isaiah, *Liberty* (ed. Henry Hardy), New York: Oxford University Press, 2002.

BRITO, Teresa Quintela de, "Responsabilidade penal dos médicos: Análise dos principais tipos incriminadores", *RPCC*, 12 (3), 2002 (pp. 371-410).

BRITO, Teresa Quintela de, "Crimes contra a vida: Questões preliminares", in Teresa Quintela de Brito/Paulo Saragoça da Mata/João Curado Neves/Helena Morão, *Direito Penal – Parte Especial: Lições, Estudos e Casos*, Coimbra: Coimbra Editora, 2007 (pp. 25-68).

BRITO, Teresa Quintela de, "Eutanásia activa directa e auxílio ao suicídio: Não punibilidade?", in Teresa Quintela de Brito/Paulo Saragoça da Mata/João Curado Neves/Helena Morão, *Direito Penal – Parte Especial: Lições, Estudos e Casos*, Coimbra: Coimbra Editora, 2007 (pp. 69-117).

BRITO, Teresa Quintela de, "Interrupção de alimentação e hidratação artificiais de pessoa em estado vegetativo persistente", in Teresa Quintela de Brito/Paulo Saragoça da Mata/João Curado Neves/Helena Morão, *Direito Penal – Parte Especial: Lições, Estudos e Casos*, Coimbra: Coimbra Editora, 2007 (pp. 119-167).

BRITO, Teresa Quintela de, "Algumas reflexões a propósito do Acórdão n.º 123/2021 do Tribunal Constitucional. Constitucionalidade da eutanásia ativa direta? Mundividência, concepções de pessoa humana e de «ato médico» subjacentes aos Decretos da Assembleia da República n.ºs 109/XIV e 199/XIV", *Católica Law Review*, 6 (3), 2022 (pp. 95-152) (<https://revistas.ucp.pt/index.php/catolicallawreview/article/view/11751>).

CASTRO, Raquel Brízida de, *Um contributo Para o Estudo da Eutanásia no Direito Constitucional Português*, Lisboa: AAFDL Editora, 2020.

COSTA, José de Faria, "O fim da vida e o Direito Penal", in Manuel da Costa Andrade/José de Faria Costa/Anabela Miranda Rodrigues (org.), *Liber Discipulorum para Jorge de Figueiredo Dias*, Coimbra: Coimbra Editora, 2003 (pp. 759-807)

CUNHA, Maria Conceição Ferreira da, *Os Crimes contra as Pessoas – Relatório sobre o Programa, os Conteúdos e os Métodos de Ensino da Disciplina*, Porto: Universidade Católica Editora, 2017.

DIAS, Augusto Silva, *Alguns Aspectos do Regime Jurídico dos Crimes de Difamação e de Injúrias*, Lisboa: AAFDL, 1989.

DIAS, Augusto Silva, *Crimes Contra a Vida e a Integridade Física*, 2.º ed., Lisboa: AAFDL, 2007.

DIAS, Augusto Silva, *Crimes Culturalmente Motivados. O Direito Penal ante a "Estranha Multiplicidade" das Sociedades Contemporâneas*, Coimbra: Almedina, 2016.

DIAS, Jorge de Figueiredo (dir.), *Comentário Conimbricense do Código Penal – Parte Especial*, Tomo III (Artigos 202.º a 307.º), Coimbra: Coimbra Editora, 1999.

DIAS, Jorge de Figueiredo (dir.), *Comentário Conimbricense do Código Penal – Parte Especial*, Tomo I (Artigos 131.º a 201.º), 2.ª ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2012.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

DWORKIN, Ronald, "Is There a Right to Pornography?", *Oxford Journal of Legal Studies*, 1 (2), 1981 (pp. pp. 177-212) (<https://erikafontanez.com/wp-content/uploads/2015/08/r-dworkin-is-there-a-right-to-pornography.pdf>).

FEINBERG, Joel, *The Moral Limits of the Criminal Law*, vol. I: *Harm to Others*, New York: Oxford University Press, 1984.

FEINBERG, Joel, *The Moral Limits of the Criminal Law*, vol. II: *Offense to Others*, New York: Oxford University Press, 1985.

FEINBERG, Joel, *The Moral Limits of the Criminal Law*, vol. III: *Harm to Self*, New York: Oxford University Press, 1986.

GODINHO, Inês Fernandes, *Eutanásia, Homicídio a Pedido da Vítima e os Problemas de Comparticipação em Direito Penal*, Coimbra: Coimbra Editora, 2015.

GODIOLI, Alberto/YOUNG, Jennifer, *Humor and Free Speech: A Comparative Analysis of Global Case Law*, Columbia Global Freedom of Expression, 2023 (https://globalfreedomofexpression.columbia.edu/wp-content/uploads/2023/06/GFoE_HUMOR.pdf).

GÓMEZ MARTÍN, Víctor, "¿Promoción de la igualdad o protección de la seguridad? A propósito de los delitos de odio y discriminación en el código penal español", in Santiago Mir Puig/Mirentxu Corcoy Bidasolo (dir.), Juan Carlos Hortal Ibarra (coord.), *Constitución y Sistema Penal*, Madrid: Marcial Pons, 2012 (pp. 175-221).

HILLENKAMP, Thomas/CORNELIUS, Kai, *40 Probleme aus dem Strafrecht – Besonderer Teil*, 13.^a ed., München: Vahlen, 2020.

HOVEN, Elisa, "Zur Strafbarkeit von Fake News – de lege lata und de lege ferenda", *ZStW*, 129 (3), 2017 (pp. 718-744).

JAKOBS, Günther, "Behandlungsabbruch auf Verlangen und §216 StGB (Tötung auf Verlangen)", in H. Schütz/H.-J. Kaatsch/H. Thomsen (ed.), *Medizinrecht — Psychopathologie — Rechtsmedizin. Diesseits und jenseits der Grenzen von Recht und Medizin – Festschrift für Günter Schewe*, Berlin: Springer, 1991 (pp. 72-80) ["La interrupción del tratamiento médico a petición del paciente y el § 216 del StGB (homicidio a petición de la víctima)", in Günther Jakobs, *Estudios de Derecho Penal* (trad. esp.), Madrid: Civitas Ediciones, 1997 (pp. 413-422)].

JAKOBS, Günther, "Zum Unrecht der Selbsttötung und der Tötung auf Verlangen – Zugleich zum Verhältnis von Rechtlichkeit und Sittlichkeit", in Fritjof Haft/Winfried Hassemer/Ulfrid Neumann/Wolfgang Schild/Ulrich Schroth (ed.), *Strafgerechtigkeit – Festschrift für Arthur Kaufmann zum 70. Geburtstag*, Heidelberg: C. F. Müller, 1993 (pp. 459-472).

JAKOBS, Günther, "La organización de autolesión y heterolesión especialmente em caso de muerte", in Günther Jakobs, *Estudios de Derecho Penal* (trad. esp.), Madrid: Civitas Ediciones, 1997 (pp. 395-412).

JAKOBS, Günther, *Tötung auf Verlangen, Euthanasie und Strafrechtssystem*, München: Bayerischen Akademie der Wissenschaften, 1998.

KUBICIEL, Michael, *Die Wissenschaft vom Besonderem Teil des Strafrechts – Ihre Aufgaben, ihre Methoden*, Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 2013.

LEITE, André Lamas, "Direito Penal e discriminação religiosa: Subsídios para uma visão humanista", *O Direito*, 144 (4), 2012 (pp. 865-908) (<https://www.cidp.pt/Archive/Docs/f123050622247.pdf>).



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

LEITE, Inês Ferreira, *Pedofilia. Repercussões das Novas Formas de Criminalidade na Teoria Geral da Infracção*, Coimbra: Almedina, 2003.

LEITE, Inês Ferreira, "A Tutela Penal da Liberdade Sexual", *RPCC*, 21 (1), 2012 (pp. 29-94).

LEITE, Inês Ferreira, "Prostituição – Feminismo e capitalismo no debate legalização vs. incriminação", *Faces de Eva – Estudos sobre a Mulher*, 35, 2016 (pp. 93-113).

LEITE, Inês Ferreira, Ne (Idem) Bis in Idem – *Proibição de Dupla Punição e de Duplo Julgamento: Contributos para a Racionalidade do Poder Punitivo Público*, vols. I e II, Lisboa: AAFDL, 2016.

MARTINS, Ana Maria Guerra, "A liberdade de expressão e a literacia da informação como fundamentos da democracia. Uma breve análise da jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos", *A Revista*, (7), 2025 (pp. 145-161).

MATOS, Nuno Igreja, *Ideologias políticas e Direito Penal. O Problema da Incitação ao Ódio no Conflito Político*, Coimbra: Almedina, 2023.

MIRANDA, Lucas, *O Delito de Discriminação Religiosa: Limites entre a Crítica Legítima à Religião e o Discurso Discriminatório*, Madrid/Barcelona/Buenos Aires/São Paulo: Marcial Pons, 2022.

MORÃO, Helena, "Eutanásia passiva e dever médico de agir ou omitir em face do exercício da autonomia ética do paciente – Resposta jurídico-penal a uma colisão de valores constitucionais", *RPCC*, 16 (1), 2006 (pp. 35-84).

MORÃO, Helena, "Determinação pelo pedido e culpa: Notas para a construção de um tipo misto", in Teresa Quintela de Brito/Paulo Saragoça da Mata/João Curado Neves/Helena Morão, *Direito Penal – Parte Especial: Lições, Estudos e Casos*, Coimbra: Coimbra Editora, 2007 (pp. 351-415).

MORÃO, Helena, *Autoria e Execução Comparticipadas*, Coimbra: Almedina, 2014.

NEVES, António Brito, "Do conflito de deveres jurídico-penal: Uma perspectiva constitucional", *O Direito*, 144 (3), 2012 (pp. 673-727) (<https://www.cidp.pt/Archive/Docs/f806793676003.pdf>).

NEVES, António Brito, *A Circuncisão Religiosa Como Tipo de Problema Jurídico-Penal*, Coimbra: Almedina, 2014.

NEVES, António Brito, "Notas breves sobre liberdade religiosa e Direito Penal", *Revista Opinião Jurídica*, 18 (28), 2020 (pp. 179-188) (<https://periodicos.unichristus.edu.br/opiniaojuridica/article/view/3192/1102>).

NEVES, António Brito, *Prova por Privados – Da Admissibilidade em Processo Penal de Meios de Prova Obtidos por Particulares*, Coimbra: Almedina, 2024.

OSIEL, Mark, *The Right to do Wrong – Morality and the Limits of Law*, Cambridge/Massachusetts/London: Harvard University Press, 2019.

PALMA, Maria Fernanda, *Direito Penal. Parte Especial – Crimes Contra as Pessoas*, Lisboa, 1983.

PALMA, Maria Fernanda, "O argumento criminológico e o princípio da necessidade da pena no juízo de constitucionalidade", *Julgar*, (29), 2016 (pp. 105-118) [<https://julgar.pt/o-argumento-criminologico-e-o-principio-da-necessidade-da-pena-no-juizo-de-constitucionalidade/>].

PALMA, Maria Fernanda, *O Princípio da Desculpa em Direito Penal*, 2.^a ed., Lisboa: AAFDL, 2021.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

PALMA, Maria Fernanda, “O mito da liberdade das pessoas exploradas sexualmente na jurisprudência do Tribunal Constitucional e a utilização conceitualista e retórica do critério do bem jurídico”, *RFDUL*, 52 (1), 2021 (pp. 993-1002) (<https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/61937/1/Maria-Fernanda-Palma.pdf>).

PALMA, Maria Fernanda, “Crimes against religion and the rule of Law”, in Catarina Abegão Alves/Helena Morão/Inês Ferreira Leite/João Gouveia de Caires/José Neves da Costa/Maria Fernanda Palma/Paulo de Sousa Mendes/Rui Soares Pereira/Teresa Quintela de Brito/Vânia Costa Ramos (org.), *Prof. Doutor Augusto Silva Dias in Memoriam*, vol. II, Lisboa: AAFDL, 2022 (pp. 81-87).

PEREIRA, Margarida Silva, *Direito Penal II – Os Homicídios*, Lisboa: AAFDL, 2008.

RAPOSO, Vera Lúcia, “Da moralidade à liberdade: O bem jurídico tutelado na criminalidade sexual”, in Manuel da Costa Andrade/José de Faria Costa/Anabela Miranda Rodrigues/Maria João Antunes (org.), *Liber Discipulorum Para Jorge de Figueiredo Dias*, Coimbra: Coimbra Editora, 2003 (pp. 931-962).

ROXIN, Claus, “Zur strafrechtlichen Beurteilung der Sterbehilfe”, in Claus Roxin/Ulrich Schroth (org.), *Medizinstrafrecht. Im Spannungsfeld von Medizin, Ethik und Strafrecht*, Stuttgart: Boorberg, 2000 (pp. 93-120) [“A apreciação jurídico-penal da eutanásia”, in Claus Roxin, *Estudos de Direito Penal* (org. Luís Greco/Fernando Gama de Miranda; trad. Luís Greco), Rio de Janeiro/São Paulo/Recife: Renovar, 2006 (pp. 189-235)].

ROXIN, Claus, “Die geschäftsmäßige Förderung einer Selbsttötung als Straftatbestand und der Vorschlag einer Alternative”, *NStZ*, 36 (4), 2016 (pp. 185-191).

SCHÜNEMANN, Bernd, “Gefährden Fake News die Demokratie, wächst aber im Strafrecht das Rettende auch?”, *Goltdammer’s Archiv für Strafrecht*, 166 (10), 2019 (pp. 620-640) [“As fake news põem a democracia em risco, mas será mesmo do Direito Penal que se erguerá a salvação?” (trad. de Hugo Soares), in Bernd Schünemann, *Novos Estudos de Filosofia do Direito, Direito Penal e Direito Processual Penal* (coord. Adriano Teixeira), São Paulo: Marcial Pons, 2024 (pp. 203-234)].

SILVEIRA, Manuela Valadão e, *Sobre o Crime de Incitamento ou Ajuda ao Suicídio*, Lisboa: AAFDL, 1997.

SOARES, Hugo, “Combate penal às fake news? Sobre a relação da teoria da criminalização com a verdade”, *RICP*, 8 (2), 2023 (pp. 299-324) (<https://ricp.org.br/index.php/revista/article/view/163/199>).

WALDRON, Jeremy, *The Harm in Hate Speech*, Cambridge/Massachusetts/London: Harvard University Press, 2012.

WARBURTON, Nigel, *Freedom – An Introduction with Readings*, London/New York: Routledge, 2001.